



PAISAGEM COMO CONHECIMENTO

Este Capítulo está organizado em dois módulos:

- 1- Paisagem como Conhecimento (pág.11 a pág.23). Discute-se a base de entendimento de paisagem, na qual se apóiam e selecionam os procedimentos de pesquisa.
- 1.1- Procedimentos de Pesquisa (pág.23 a pág.38). Apresenta os procedimentos adotados, sua razão, bem como os protagonistas destes estudos.

Paisagem como conhecimento

A interpretação da realidade só existe, no dizer de CRITELLI (2006:75), quando há um desvelamento do que está ocultado, entendendo que este não está atrás do objeto estudado e sim entre ele¹. Seria como iluminar o que está à sombra, descobrir sua trama de significados. É nesse processo que se imagina entender a problemática do sentido desta paisagem, o que a torna um espaço do mundo vivido. Uma trama que, ao ser expressa enquanto linguagem, também “revela”, e são nesses dois movimentos que se concentram esse trabalho².

O desvelamento da paisagem, só é possível com uma aproximação da realidade, que se dá através das tensões entre experiência e subjetividade³(mesmo sabendo que a subjetividade pode conter pré-conceitos que se dão em um contexto sociocultural), confrontando com os estudos de suas dimensões físicas, sociais e culturais.

Ter a idéia do que seja uma paisagem, sem experienciá-la, não nos aproxima de sua compreensão e de seu sentido. SANDEVILLE (2005:5)

1 A fenomenologia nos aproxima da interpretação do real através da provisoriade e mutabilidade do ser, sendo este entendido como “aparência”. Não há o ser atrás das aparências, ou uma zona escura e invisível. É um constante aparecer/desaparecer, no qual o lugar de acontecimento do ser é o próprio mundo. Para a metafísica, existe uma sombra do aparente; o que está iluminado e que é percebido é apenas o individual. A aparência, então, não apresenta o ser em permanência ou estabilidade, e esconde características.

2 Os outros “movimentos de realização”, como proposto por CRITELLI (2006), o testemunho, a veracização, e a autenticação, serão processos posteriores a essa pesquisa, que dependerão da sua relevância pública.

3 SANDEVILLE sugere, em conversa pessoal com a autora, que não se trata apenas da experiência, mas também de subjetividades, e que estas não são vistas como um fato em si, mas como inscritas em processos coletivos, crenças, valores. CRITELLI(2006:104), destaca também que é pelas emoções que se dá essa aproximação do real. “Portanto, pelas emoções, não são apenas as coisas ou os outros que chegam à sua plena realidade, mas, conjuntamente, é o próprio indivíduo que, por dar-lhes realidade, se realiza plenamente (o mesmo que ocorre com o desvelamento, a revelação e o testemunho: o indivíduo vem-a-ser através do que deixa ser e traz à luz do mundo).”

neste sentido, fala que o estudo do espaço demanda uma vivência que nos aproxima do permanente processo de interação do ser humano e seu meio ambiente⁴. Assim, é na vivência que são revelados os significados dessas paisagens, seus usos e valores.

A paisagem e sua gente, então, passam a ser inseparáveis. Os moradores não são considerados meros observadores (expectadores), mas pessoas que constroem seu conhecimento sobre os lugares, a partir de suas experiências. A nossa formação, nos leva a um conhecimento específico, que pode favorecer as distorções quanto ao conhecimento do lugar.

Não seria então importante que a investigação, em seu processo crítico, buscasse aproximar-se dessa compreensão de uma paisagem? Isso exigiria procedimentos de estudo e de análise que ultrapassariam o esforço de reduzir a realidade a uma descrição objetivada, e nos levariam à relação direta da experiência humana, com os lugares, aproximando-se do que são esses lugares, não só por suas permanências ou estabilidades, mas através de um conhecimento desse arranjo, que é provisório, mutável e relativo⁵.

A paisagem é conflituosa, tensa, provisória e subjetiva, não podendo ser reduzida a um processo formal de estudo do espaço⁶, o que não daria conta de sua complexidade. Compreender a paisagem como objetiva é compreendê-la parcialmente.

“(...) não se deve pensar em duas faces de um mesmo fenômeno, uma material, inerte, e a outra mental, criadora. Nem que a paisagem seja ao mesmo tempo um dado e um percepto. Melhor é

4 MACHADO, Lucy (1988) fala da paisagem antrópica como resultado da interação permanente do homem e seu meio, propondo, deste modo, um estudo que vai além das relações dos elementos.

5 CRITELLI, Dulce Mara (2006:35) “Na modernidade se busca a objetivação, a coisa em si que pode ser mensurada, calculada, assegurando a razão, não importando a verdade das coisas e sim o processo de certificação e precisão, precisão = verdade. Porém, a precisão metodológica é mais controlável que o próprio objeto a que se refere”.

6 Por exemplo, abordar uma favela por seu arranjo morfológico, áreas de risco, acessibilidade, adensamento habitacional, independente da história humana que a anima.

reconhecer que ela é um dado tal qual é percebido, um fragmento do mundo sensível tal qual está dotado de personalidade por uma consciência” (LENCLUD, 1995 apud MENESES 2002:32).

Estudar a paisagem como fenômeno experienciado, é resultado de uma abordagem humanística, na qual se valoriza a experiência das pessoas e assim sua relação afetiva com o meio⁷. As filosofias fenomenológicas (no âmbito da geografia), contribuíram muito para esta abordagem, já que acrescentaram à análise das paisagens, outras significações, nas quais “o mundo que o indivíduo percebe jamais é objetivamente dado” (CLAVAL 2004:49). Uma mudança do olhar morfológico e da leitura funcional do espaço que dá-se a partir dos anos 70, quando a paisagem passa a ser vista como vivência⁸. Essa discussão teve a contribuição de alguns geógrafos, com obras que datam desde o fim do século XIX até os anos 70 do século XX, em especial, integrantes da escola geográfica francesa, com La Blache.

De acordo com CLAVAL (1999:3), o interesse dos geógrafos pelos problemas culturais nasce no mesmo período que a geografia humana, no final de século XIX, e pode ser dividido em três momentos:

“Final do século dezenove até os anos cinqüenta : O interesse voltava-se para os aspetos materiais da cultura, as técnicas, as paisagens e o gênero de vida. Anos sessenta e setenta : a evolução da Geografia Cultural deu-se numa tentativa de utilizar os resultados da “Nova Geografia” para uma sistematização metodológica. Após anos setenta : ocorreu uma mudança

7 Oliver Dulifus, (1973) apud MACHADO, Lucy(1998). Até então a geografia dedicou-se ao estudo do visível ou perceptível do espaço, processos de observação e descrição. Percebemos também, através da obra de MENESES, a aproximação da antropologia, nessa forma de entender a paisagem.

8 Giles Sauter, (1978) in CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeni (2004) propõe o estudo da paisagem como vivência.

significativa, haja vista a Geografia Cultural deixar de ser tratada como um subdomínio da geografia humana, posicionando-se no mesmo patamar da Geografia Econômica ou da Geografia Política.”

Neste processo, amplia-se a compreensão das influências do meio sobre o indivíduo e do indivíduo sobre o meio. Para La Blache, a “*geografia devia analisar e explicar as relações entre os grupos humanos e o meio ambiente onde moravam*” (Vidal de La Blache apud CLAVAL 2002:149).

Albert Demangeon, um dos alunos de La Blache, foi um dos primeiros a desenvolver o interesse pelas paisagens na escala de vida dos indivíduos (CLAVAL 2002:151). Porém é Armand Frémont, nos anos 70 que, através da crítica da geografia neopositivista dos anos 60, na França, que propõe o estudo das formas, cores, cheiros, sons, ruídos e, principalmente, de uma descrição que incluía a “*experiência do espaço vivido pelas pessoas da zona estudada*”⁹.

Outros geógrafos seguiram essa linha de pensamento de Frémont, como por exemplo August Berque, nos anos 80, que desenvolve novas reflexões sobre as dimensões subjetivas e objetivas da paisagem. Fala de uma “*nova interpretação das relações homens/meio ambiente, baseada na idéia de influências recíprocas*”, na qual as pessoas têm necessidade de materializar suas identidades no espaço em que estão englobadas (BERQUE apud CLAVAL, 2002:151).

Essas contribuições nos desviam da “visão” como prática central do estudo da paisagem. A paisagem, então, não é um resultado de um olhar sobre o espaço ou mesmo de olhares, ela é “*um vasto campo de significados, tensões e contradições sociais*” (SANDEVILLE, 2005:1). O olhar reduz esse

⁹ Armand Frémont apud CLAVAL, Paul (2002:158). Para Frémont, “os geógrafos desse período não tiveram capacidade de dar conta das especificidades das paisagens e dos habitantes das regiões que analisavam”.

complexo campo de significações ao que se consegue ver, ou ao que se quer ver¹⁰. TUAN (1980:12) também reforça este entendimento de que “o olhar não basta”. Sendo preciso, nesse processo de conhecimento, valorizar o papel dos sentidos e da subjetividade¹¹.

Para a compreensão da paisagem, é preciso reconhecer a todos a quem essa realidade toca¹². As pessoas que percorrem esses lugares diariamente, que vivem nesses lugares, detêm o conhecimento de quem constitui a própria paisagem¹³ e que deve ser valorizado¹⁴. Um conhecimento do mundo real e não de observações estáticas, ou mesmo de sua própria representação¹⁵; as pessoas têm ligações emocionais¹⁶ com a paisagem.

MACHADO (1988:3) propõe estes estudos interativos sobre o homem e a paisagem, e afirma que o enfoque científico tradicional não dá conta de resolver os problemas humanos mais importantes, já que estes problemas “*resultam de uma atividade perceptiva das pessoas em relação às condições ambientais criadas por e para elas*”.

Esses entendimentos que mostram a “*necessidade de fundir a objetividade do cientista e a preocupação do humanista*” (MACHADO, 1988:3),

10 CLAVAL, Paul (2004:29) fala da nossa educação para ver, como forma clássica de leitura da paisagem pelos geógrafos, dominante nos primeiros setenta anos do século XX

11 SANDEVILLE (1999), BERQUE (2004:89), propõem e justificam que a paisagem não pode ser reduzida a uma definição, ou, no dizer de MENESES (2002), tem um caráter polissêmico.

12 SAUTTER, Gilles(1978) apud CLAVAL(2004:49) diz: “Não é mais a realidade objetiva que nela reconhecemos que deve reter a atenção, mas a maneira como essa realidade fala aos sentidos daquele que a descobre”.

13 SANDEVILLE JR (2005), o que não exclui nem é contraditório com o estudo da paisagem como espaço socialmente produzido.

14 Nesta pesquisa, por razões de delimitação, focou-se na experiência de alguns segmentos de moradores, sem com isso desconsiderar outras abordagens. Lucy Machado (1988), por exemplo, procura entrevistar moradores e agentes públicos para verificar como divergem suas valorações da mesma paisagem. Esta, entretanto, não era a questão que nos propusemos avançar nesta pesquisa, na medida em que desejávamos nos aprofundar na história de vida e das experiências das pessoas, o que exigiu um grande esforço de campo e que no nosso entender a técnica de questionários não responderia, como se expõe mais adiante.

15 GIBLIN apud MACHADO, Lucy (1988:23). A geografia, por muito, tempo teve como foco de estudo paisagens tipo, muitas descritas a partir de cartas topográficas.

16 RELPH, Edward C. (1979) refere-se à paisagem como fenômeno da experiência (geograficidade) que não pode ser apreendido somente através dos sentidos.

me levam a pensar na paisagem do distrito de Brasilândia, da pré-Serra da Cantareira, sendo ocupada pela autoconstrução – uma sobreposição de casas. Porém, só compreenderei quão juntas estão, a precariedade e até a criatividade de algumas construções, ao percorrer esses espaços e vivenciá-los. Então poderei falar do seu cheiro, de sua música, da sua gente, das sensações que tive nesses lugares, na medida em que os significados que compreendo são transformados pelos significados que sua gente me desvenda.

Porém, como medir um sentimento, como fazer da experiência do espaço vivido um conhecimento que possa ser expresso na linguagem científica? Isso porque, mesmo sendo um meio de conhecer uma paisagem a “experiência” é involuntária, não sendo possível determiná-la¹⁷.

Nesse sentido, a experiência pode ofuscar a razão, um processo no qual o indivíduo pode receber informações que é incapaz de descrever ou reconhecer (PENDLEBURY, 2005). No dizer de KANT (1781), cognições imediatas que se opõem aos conceitos. A experiência, então, nos leva a um conhecimento e dimensão de paisagem, que é difícil descrever com nosso conceitual deficiente.

Esta “deficiência conceitual” é apresentada pelos empiristas modernos (que entendem os sentidos como fonte de conhecimento) como a razão dos nossos erros.

“Os nossos sentidos dizem a verdade, mas nós podemos errar quando, por exemplo, tentamos pôr em linguagem (...) É nossa descrição lingüística que é deficiente, na medida em que pode estar impregnada de preconceito.” (POOPER, 2003:36)

¹⁷ KANT, Immanuel (1781) “Experiência é, nesse sentido, uma paixão. Isso significa que, ao experimentar, o indivíduo não exerce sua vontade. A experiência se dá ao indivíduo quer ele queira, quer não.”

Porém, negar a experiência por dificuldade de articulá-la, é um erro (PENDLEBURY, 2005). Mesmo ainda não tendo métodos totalmente reconhecidos para avaliar a paisagem sob esta orientação humanística e crítica, é grande o interesse do estudo da paisagem enquanto experiência. Não é só a valorização do sujeito que a observa e a constitui¹⁸ que está sendo proposta, é a descoberta da paisagem ou das paisagens, aos poucos, e a partir de uma contínua troca entre o pesquisador e seu objeto de estudo, no qual ambos são transformados.

Ao admitirmos a experiência como contato epistêmico indispensável ao estudo da paisagem, é preciso reforçar também, o caráter próprio de cada experiência e perceber que ela representa um conteúdo, ela não é este conteúdo. É um estado mental, que nos aproxima da realidade, mesmo não sendo ela (PENDLEBURY, 2005).

Considerando ainda que a experiência é involuntária, dificilmente mensurada, e representa um conteúdo, não é esse conteúdo a paisagem; sem a experiência o estudo da paisagem torna-se vazio. Isto porque, a experiência nos leva a uma relação imediata com o objeto de conhecimento, sendo este processo dado pela sensibilidade e pela intuição (KANT, 1781:12); um fluxo contínuo entre experiência e entendimento e, assim, a conceituação. Um processo no qual os conceitos adquiridos transformam-se em novos entendimentos. Experiência-se a paisagem para então pensá-la¹⁹.

18 Distanciamento histórico: no séc. XV, a paisagem era um enquadramento da natureza “a moldura que circunda o quadro substitui, na representação, a janela através da qual se efetuava a observação”. No séc. XVII, desaparece a idéia de um observador estático, mas ainda fora da paisagem.

19 Isso não quer dizer que, para fazer essa interpretação, não existam pré-conceitos, conjecturas ou um conhecimento anterior. A observação é a nossa fonte última de conhecimento, porém toda a nossa observação envolve a interpretação do conhecimento teórico já adquirido; não parte do nada. “O avanço do conhecimento consiste, predominantemente, na modificação do conhecimento anterior.” (POOPER,2003:49).

A paisagem, como proposto por SANDEVILLE (2004-2005), enquanto “experiência partilhada”, dá ao pesquisador a possibilidade de repartir, conjuntamente com quem produz e vive a paisagem estudada, sentimentos, memórias, práticas e conhecimentos. Isso nos aproxima de uma discussão da produção da paisagem a partir das necessidades de sobrevivência e de existência de uma sociedade, na qual se produz a paisagem que se deseja, ou a representação mais próxima dela (em alguns casos, a paisagem possível). Uma produção que representa uma contínua busca por transformação no meio, que por vezes é imediatista, pois modifica, explora ou destrói. Nesse sentido, para SANDEVILLE (2005:58), a paisagem, por vezes, incomoda, por evidenciar nossas práticas. Um incômodo que pode nos levar à negação dessa própria paisagem e até mesmo a ignorá-la, através da banalização do olhar. É um não querer mudar o que se vê e sente, é “*abandonar toda tentativa de interferir nas coisas*” (COSTA,1994). Assim, é extremamente rico o exercício que constitui o processo de conhecimento da paisagem, de compreender o mundo. É pensar nossas responsabilidades perante os problemas atuais, sejam sociais e/ou ambientais.

Ao apresentar as paisagens do Distrito de Brasilândia, localizado na Zona Norte do Município de São Paulo, dentro de uma abordagem humanística, acabo por desvelar/revelar não só a percepção dos moradores do seu meio e seus valores, mas principalmente quais são suas atitudes nesse meio. Uma paisagem que não foi construída e organizada por outros²⁰, em que o morador não é um habitante passivo, em meio a carências múltiplas, produz e auto-reproduz seu espaço.

20 Mais uma vez, não excluímos a ação de outros agentes, porém nesta pesquisa, nos interessa compreender como se dá essa relação das pessoas que, potencialmente, mais diretamente interagem com esse lugar ao assumi-lo como seu lugar.

Essa compreensão da paisagem dá-se no domínio não só de um quadro de referências teóricas, mas de um conhecimento das condições estruturais.

“O cientista é um ser social e sua atividade uma prática definida pela divisão social do trabalho. Assim é errado pensar que o progresso científico trafegue por um leito absolutamente autônomo, independente das relações econômicas e políticas vigentes. Mesmo que apoiado em critérios de objetividade o debate científico manifestará sempre as concepções de mundo divergentes que existam numa dada sociedade” (MORAES e COSTA, 1984:16).

O conhecimento da experiência de vida dos moradores, deste modo, é cotejado com as contradições sociais em que se dão. Sendo abordados, temas que explicam a produção de zonas altamente diferenciadas na cidade de São Paulo. Uma cidade que tem por um lado, os que vendem sua força de trabalho, e **passam** por ela sem poder ter acesso a serviços de qualidade, bem como moradia; e de por outro lado, uma minoria que se **apropria** da cidade, por meio de sua exploração²¹. São situações tipo, permeadas por múltiplas situações intermediárias.

Mesmo quando a população mais pobre recebe algum tipo de benfeitoria pública, mantém-se ainda na condição de subcidadão²², já que, ao implantarem melhorias urbanas em áreas até então “carentes”, estas acabam por se valorizar. Isso, porém, não representa necessariamente a

21 SACHS(1999:42) fala também da classe média, a classe que estaria no meio desses dois extremos. Esta, em meio a sacrifícios, tenta copiar o padrão de consumo das classes abastadas.

22 KOWARICK(2000:10) fala sobre a expressão espacial da subcidadania, a qual se manifesta, segundo o autor, na “irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade, face a um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega o acesso a benefícios básicos para a vida nas cidades”

melhoria da qualidade de vida dessa população, mas sim a expulsão desses moradores para outras áreas, ainda mais distantes, ainda mais carentes.

“Reproduz-se também uma forma de expansão urbana extremamente dilapidadora para aqueles que não têm recursos econômicos e políticos para pagar o preço de um progresso altamente espoliativo.” (KOWARICK,2000:28)

Nesse contínuo movimento de expulsão, ampliam-se as periferias, e as periferias das periferias, que, mesmo sendo produzidas pelo capitalismo periférico e possuindo fenômenos que se repetem - como a irregularidade fundiária, a autoconstrução, a ausência do Estado, a pobreza e a precariedade urbana -, não são homogêneas.

Cada periferia, cada favela, cada loteamento irregular ou clandestino, de um modo geral, tem graves problemas de infra-estrutura e serviços, além da violência, mas não são essas características que definem esses lugares, não é só por esses aspectos que se interpreta a realidade de uma periferia, que são muitas e diversas. Isso é o que está à mostra e o que configura um imenso tecido precário, que dá a impressão a quem passa de ser homogêneo.

Com essas diferenças, não é possível imaginar que os moradores de periferias queiram as mesmas coisas. As particularidades desses espaços se dão por trajetórias diversas, assim, cada espaço tem sua complexidade²³. Diferenças que não se restringem à ausência ou presença do Estado (áreas mais urbanizadas e áreas sem qualquer tipo de benfeitoria), mas às

²³ A periferia é complexa e heterogênea, afirma Nabil Bonduki, apud MARQUES, Eduardo(2004:31), porém não é esta a visão predominante.

diferentes formas de apropriação, determinados pelo vínculo do morador com o lugar.

Isso não quer dizer que o morador se aproprie da cidade como um todo, nem mesmo que a percorra. Para SANTOS (2004), essa apropriação de toda a cidade, de quem pode mais do que percorrê-la, pode consumi-la, é feita pela classe abastada. Porém, segundo o autor, são estes que vêem pouco do mundo, por viverem em um universo de imagens pré-fabricadas.

“É assim que eles escapam do totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias. Desse modo, acusados por uma literatura sociológica repetitiva, de orientação ao presente e de incapacidade de prospectiva, são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro” (SANTOS, 2004:325)

As classes abastadas se apropriam de espaços racionalizados, definem a expansão da cidade pela especulação imobiliária e fundiária, mas não a produzem diretamente. Um distanciamento que não se tem na periferia, nas zonas opacas, assim chamadas por SANTOS (2004), em contraposição à cidade luminosa “moderna”.

Na periferia, a escassez por infra-estrutura, serviços, necessidades de consumo não os faz passivos. Eles sonham e lutam para satisfazerem suas carências cotidianas, através de adaptações criativas de espaços e objetos. Ao mesmo tempo, essa produção do espaço através de um urbanismo possível²⁴, pode resultar em condições de adensamento, insalubridade e risco geotécnico, principalmente por essas construções e intervenções se darem em áreas frágeis, do ponto de vista ambiental, em solos mais vulneráveis à erosão, como encostas e beiras de córregos.

24 MARICATO(1982) fala da autoconstrução como arquitetura possível.

Para MARCONDES (1999), esse processo marcado pela pobreza urbana e risco ambiental é denominado “espoliação ambiental”, correspondente ao termo “espoliação urbana”, de KOWARICK (2000:8), que o introduziu no vocabulário da sociologia brasileira, no final da década de 70, como *“ausência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que, conjuntamente com o acesso à terra, se mostram socialmente necessários à reprodução urbana dos trabalhadores”*²⁵. Espoliação ambiental, então, seria *“a exploração ambiental e inexistência das condições mínimas ambientais, socialmente necessárias à subsistência dos trabalhadores(...)”*.

Essa adaptação contínua de espaços e objetos, devido à impossibilidade de acesso material, no dizer de MARICATO (1982:15), faz com que esses moradores atuem por um lado como *“criadores de uma riqueza social”*, como um encontro do trabalhador e o produto. Por outro lado, servem ao capital *“na medida em que a força de trabalho continua a ser uma mercadoria”*. Tal fato acontece, já que o morador reduz o custo da reprodução de força de trabalho, ao autoconstruir sua casa e fazer melhorias em seu bairro²⁶.

É preciso dizer, que mesmo “servindo” ao capital, as relações que se dão nesses espaços, no dizer de MARICATO (1982:71), são diferentes das relações capitalistas (compra e venda de força de trabalho). A autoconstrução desses espaços se constitui pela cooperação e troca de favores, na qual a força de trabalho é a própria família e vizinhos, e as festas nas lajes e quintais, a retribuição do trabalho coletivo. Assim, na periferia se produz o urbano de outro modo, de forma espontânea e partilhada.

25 Essa é a versão original do que o autor entende como espoliação urbana, na qual o processo espoliativo resultaria de uma série de extorsões.

26 A autoconstrução acaba por “atender” parte da demanda, por habitação popular, frente ao incremento demográfico da cidade de São Paulo e da incapacidade do Estado em responder a esta demanda.

Neste contexto, o estudo da paisagem do distrito de Brasilândia nos leva ao contato com esse potencial humano, nos quais trabalhadores, em suas horas de folga, *“constroem artesanalmente uma parte da cidade”* (MARICATO, 1982:79), porém, satisfazem sua necessidade por moradia em detrimento de áreas de grande importância ambiental, como a Serra da Cantareira, antigo *“Castelo de Águas”*, hoje abandonado. Este estudo nos leva a compreensão de uma paisagem, que mesmo sendo resultado de uma estrutura fundiária baseada por relações desiguais (em que não se escolhe estar ali), não deve ser considerada como uma paisagem dada, ou somente imposta²⁷.

Essas são problemáticas que dão ao estudo da paisagem, uma abordagem também dirigida para a leitura das desigualdades, não apenas pela experiência direta, mas pelo entendimento prévio do processo de urbanização ou de construção social do espaço.

1.1 Procedimentos de Pesquisa

“Todo registro é um mero índice, uma mera conservação de um som, de uma entonação, de uma imagem que apenas provoca a atenção e a memória do interrogador. Tudo vale, visitas, gravações, entrevistas, vídeos, fotos, escritura de memórias, desenhos... Só o que não vale é acreditar que o apanhado pelo instrumento de registro, por si, revele a totalidade do buscado, nem mesmo que ele se transforme no próprio buscado, isto é, que tome seu lugar.”
CRITELLI (2006:150)

²⁷ DULLFUS (2004:90) fala sobre a produção do meio, a partir de observações da obra de BERQUE *“Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz”*. Discute, que cada vez mais se tem, no mundo, populações que não têm poder sobre os ambientes que vivem, e chama essas populações de *“habitantes em trânsito”*.

Neste exercício de desvelar/revelar as paisagens do distrito de Brasilândia e sua trama de significados, foi necessário ultrapassar o entendimento da paisagem urbana periférica como resultado de problemas sociais e políticos, para compreender também o poder das relações que fazem com que esses moradores sobrevivam a condições de precariedade, constituindo-se como uma análise das forças que interferem na ação do ser humano e na organização social e de paisagem.

Em todo o trabalho buscou-se procedimentos que levassem à compreensão dos valores e sentimentos dos moradores com o seu meio, das formas de produção e apropriação do espaço em seu cotidiano, das peculiaridades e características que persistem nessa paisagem e que reforçam sua identidade, entendendo então, seu sentido estrutural, processual e cultural. Não foram usados procedimentos rígidos, que acabariam por minimizar a experiência humana, mas sim, rigorosos.

Sem o objetivo de aprisionar o estudo da paisagem a certos instrumentos de investigação ou de fazer um relato analítico destes, apresento como se deu esta aproximação do real e a interpretação dessas paisagens. Esta consistiu na elaboração de um quadro referencial teórico (já apresentado na introdução), coleta e análise de dados e trabalho de campo.

O quadro teórico, que tem como base a geografia cultural, não contribuiu com métodos de pesquisa da paisagem enquanto espaço vivido. O trabalho de MACHADO (1988), por exemplo, que desenvolve uma pesquisa empírica, baseia-se na aplicação de questionários para discutir a percepção dos moradores. Porém, nessa Dissertação, recusam-se os questionários como estrutura investigativa. Assim, foram usados procedimentos que valorizassem a experiência, como forma de compreender as paisagens.

O estudo de sua fundamentação revelou, desse modo, uma dependência forte da Sociologia, em um método de pesquisa baseado em pesquisas qualitativas que estudam significados, motivações, valores e crenças. No entanto, é preciso reforçar que não se trata da inclusão desta ou daquela escola de pensamento (ou área de conhecimento), mas de modo coerente com a base epistemológica estudada, os procedimentos são experimentalmente construídos na investigação do problema, na construção de um método que se dá no contato do objeto, não a priori.

Os estudos pautaram-se em análises de registros já feitos sobre a organização social e espacial da região, em documentos oficiais, em meios de comunicação local, como também, na própria rotina e cotidiano dos moradores, observando-os e fazendo entrevistas organizadas, conversas informais e percursos. Esses são estudos que nos trazem evidências e não certezas, aspecto que não tira sua confiabilidade²⁸.

Mesmo usando processos simultâneos e permanentes (pesquisa bibliográfica - trabalho de campo - coleta e análise de dados), houve um ponto de partida nessa investigação, na qual buscou-se informações sobre o tema e a área a ser pesquisada, sendo esses temas, Paisagem e Produção do Espaço Periférico na Cidade de São Paulo.

Desse modo, a observação de campo (fatos e fenômenos), bem como a análise de dados, pressupôs uma série de conhecimentos anteriores das estruturas sociais, urbanas e ambientais, nas mais diversas escalas e do próprio “objeto” de conhecimento: a paisagem. Esses estudos iniciais revelaram algumas preocupações científicas que nortearam todo o trabalho.

28 BECKER, Howard S. (1992). Os antropólogos fazem grande parte dos seus trabalhos a partir de evidências do trabalho de campo, que são consideradas pelos psicólogos, por exemplo, como excessivamente desestruturadas, para produzir conhecimento confiável e mesmo certezas.

No **levantamento e análise de dados** foram colhidas informações sobre a área de estudo. Esses dados permitiram, através da associação a outros, de caráter quantitativo e qualitativo (deste modo complementares), uma leitura do meio físico (estrutura ambiental e fundiária) e social (caracterização urbana-habitacional), baseada em censos demográficos, material cartográfico, fotográfico e planos habitacionais e urbanos.

Deve-se destaque aos levantamentos fotográficos, mesmo sendo entendidos como “representações” que sempre serão incompletas em relação ao objeto. Foram diversos os registros fotográficos utilizados, sendo considerado o mais importante o levantamento de imagens que retratassem o cotidiano da população, em outros tempos. Este foi feito junto a jornais locais e com a própria população, e são imagens que enriqueceram as narrativas de vida, colhidas no trabalho de campo.

O **estudo de campo** foi um esforço de reconhecimento da paisagem, a partir de uma imersão na área de estudo, partilhando experiências e usufruindo da realidade coletiva dos moradores. Representa uma coleta de dados e uma interpretação de aspectos da realidade. Consistiu-se em percursos, observação participante, audição de narrativas de vida, exercícios de percepção e representação da paisagem, grupos focais, entrevistas abertas, entrevistas semi-estruturadas e estudos participativos. Essa diversidade de procedimentos de campo, teve por finalidade, explorar os diversos modos de “olhar” as paisagens do distrito, a partir de sua história oficial e vivida, dos seus conflitos e da percepção dos moradores.

Os percursos se deram de maneira intuitiva, podendo ser entendidos como observação assistemática, na qual o observador interpreta a realidade estudada e a registra sem a utilização de meios técnicos de planejamento ou controle (COSTA,1987 apud BONI e QUARESMA,2005:69-

70). Mostraram-se como contínuos enquadramentos perceptivos de todo o distrito, no qual foi decodificado o que está ao alcance do olhar.

A observação participante difere da assistemática, isso porque ela *“pressupõe a integração do investigador ao grupo investigado”* (COSTA,1987 apud BONI e QUARESMA,2005:69-70), já que existe, além da aproximação do cotidiano dos moradores, o partilhar de experiências, potencializando esses estudos e os elevando à categoria de *“vivência”* do pesquisador, em sua área de estudo.

Durante duas semanas, no primeiro semestre de 2006, participei do cotidiano dos moradores do Jardim Paraná (loteamento clandestino localizado na Serra da Cantareira), no papel de pesquisadora, observando situações diurnas que não seriam apreendidas senão pelo olhar interno do ambiente de estudo. Como por exemplo, a dificuldade de acesso em atividades cotidianas como comprar gás, ir à escola ou desfazer-se do lixo. O loteamento foi escolhido por representar o principal foco de expansão urbana sobre a Serra da Cantareira, no distrito.

Os percursos, bem como a observação participante, foram importantes exercícios cognitivos de leitura dessa paisagem, porém, foram as narrativas de vida²⁹, e as entrevistas abertas e semi-estruturadas que trouxeram à luz o que está oculto nesse espaço. As narrativas de vida deram veracidade à paisagem, mesmo sendo apenas uma das suas possibilidades de compreensão. Essa compreensão da paisagem, acompanhada por lembranças, sonhos e frustrações dos moradores, produziu um re-olhar a paisagem.

29 BECKER (1992:113) afirma que, para sociólogos a *“história de vida”* é muito rica, mais do que qualquer outra técnica para se estudar processos em curso, e traz a estudos estagnados novas variáveis. Porém, a história de vida caiu em certo esquecimento, pelos sociólogos, que mesmo com esse potencial, não fizeram dela um instrumento padronizado de pesquisa, e passaram a se interessar mais pelo desenvolvimento da teoria abstrata e menos pelos relatos.

Assim, essa Dissertação foi produzida a partir das narrativas de vida de quem constitui esse espaço e o produz, num exercício dos moradores nos proporem as questões, e não o de aplicar sobre eles questionamentos a respeito do que já se sabe ou se pensa saber sobre sua realidade³⁰.

As narrativas de vida acabam por evidenciar as formas pelas quais esses moradores são afetados pelas situações de precariedade. Assim, através de emoções, abrem-se outros significados dessas paisagens, que não são meramente lógicos (sobre a ausência do estado - exclusão - periferia): é uma mensagem viva, um confronto direto com esse cotidiano. Dessa forma, esse tipo de conhecimento levou-nos a outras questões menos óbvias, como por exemplo - *“como se dão os processos de exclusão e degradação ambiental?”*, nos instigando a investigar o potencial humano e as estratégias de sobrevivência e de criatividade dessa população.

Para o levantamento dessas narrativas, foram escolhidos moradores que chegaram em períodos diferentes ao distrito, o que permitiu entender, em um determinado momento da narrativa, como foi esse primeiro olhar sobre o distrito, o que o levou até lá e o que faz com que ainda permaneça. Histórias que são extremamente importantes para a compreensão dessa paisagem e que atuam como peças de um mosaico.

“Ela descreverá aqueles episódios interativos cruciais, nos quais novas fronteiras de atividade individual e coletiva são forjadas, nos quais novos aspectos do eu são trazidos à existência. Assim, é por conferir uma base realista à nossa imagem do processo subjacente, que a história de vida serve aos propósitos de verificar

30 CRITELLI, (2006:27) fala que não se pode investigar a realidade a partir de uma resposta já sabida sobre ela mesma. O conjunto de procedimentos visava ultrapassar e reconstruir permanentemente o que se sabia, a cada nova etapa.

pressuposições, lançar luz sobre organizações e reorientar campos estagnados.”(BECKER , 1992:110)

As narrativas apoiaram-se em procedimentos advindos da história oral, e foram colhidas nas casas dos moradores, sendo gravadas, transcritas e posteriormente revisadas pelos moradores. No início de cada registro, eles eram informados do que se tratava a pesquisa e notificados de que suas palavras estariam sendo gravadas. Após sua autorização, foi solicitado a eles que contassem sua trajetória de vida. Esses depoimentos estão transcritos nos capítulos 2, 3 e 4.

As entrevistas abertas tiveram como enfoque as transformações que se deram na paisagem do distrito, evidenciando como os moradores percebiam essas mudanças. Assim, foram escolhidos antigos moradores, para se ter uma análise temporal mais longa. A eles, o tema "paisagem" foi introduzido em três referências temporais: passado, presente e futuro, e o entrevistado discorreu, com liberdade, sobre o tema. Aos moradores, foram feitas três perguntas:

Como era a paisagem do distrito?

Como é hoje essa paisagem ?

Qual o futuro dessa paisagem?

Essas questões foram respondidas de maneira informal e revelaram diferentes percepções de paisagem e diferentes conceitos de paisagem, permitindo explorar mais amplamente a questão. Tais depoimentos estão transcritos e analisados no capítulo 4.

Também foram feitos estudos associados ao valor atribuído à Serra da Cantareira e à percepção sobre as transformações de paisagem. Os procedimentos usados foram a entrevista semi-estruturada e as representações de paisagem. Esses estudos foram feitos com moradores de

loteamentos localizados junto à Serra da Cantareira, Jardim Damasceno e Jardim Paraná. A escala temporal estudada foi menor do que a do grupo anteriormente citado nas entrevistas abertas.

O Jardim Paraná foi escolhido por ter moradores que chegaram ao distrito a partir da década de 90, e o Jardim Damasceno, por ter um grupo de crianças e jovens que participam de uma entidade socioeducativa, chamada Arte na Rua, que é de grande importância, já que é a primeira entidade de educação ambiental da região, criada e organizada pelos próprios moradores. O estudo desenvolvido com esse grupo constituído por crianças e adolescentes, permitiu uma investigação das transformações da paisagem, sob a perspectiva de uma geração que já encontrou a degradação ambiental em seu cotidiano, porém, que tem como processo de formação, a educação ambiental que as sensibilizou para o problema.

No Jardim Paraná, a investigação se deu através de entrevistas semi-estruturadas, combinando perguntas abertas e fechadas, conforme propõe COSTA(1987) apud BONI e QUARESMA(2005:69-70). Assim, a cada entrevista, abordou-se a chegada ao distrito e ao loteamento. A partir de uma conversa informal, foi possível levantar dados sobre como aquela paisagem da Serra da Cantareira parece a cada morador e o quanto ela é valorizada. As perguntas não reduziram a elasticidade das respostas, já que só eram um roteiro de inquietações e questões.

Nessa investigação interna, no loteamento, não houve o recorte de um grupo específico (faixa etária ou gênero); esse recorte já foi dado pela escolha do loteamento, como explicado anteriormente. Assim, as entrevistas deram-se durante os percursos de campo, os quais, a cada viela, mostravam inúmeras possibilidades de investigação. Crianças brincando nas escadas, mulheres lavando roupas, tudo foi entendido como possível universo de descobertas. As entrevistas foram feitas nas casas dos moradores,

possibilitando um outro estudo que relacionasse diferentes ambientes habitacionais e as informações das entrevistas. Verificou-se a leitura que tinham destes lugares, e como o valor que atribuíam a eles influenciava na forma de produção do espaço.

No Jardim Damasceno, os procedimentos foram outros. Existiram dois recortes, um espacial (Jardim Damasceno - loteamento localizado junto à Serra da Cantareira) e outro etário (crianças e adolescentes do projeto Arte na Rua). Se aqui fossem utilizados os mesmos procedimentos de investigação já citados anteriormente (sem definir grupos a partir de recortes etários), não se chegaria à percepção dos moradores em relação aos processos de transformação da paisagem em uma escala temporal menor, já que esse loteamento passa a ser ocupado desde a década de 1970.

Definidos os grupos de investigação - crianças e adolescentes do projeto Arte na Rua -, foram realizados três procedimentos: o primeiro, grupos focais; o segundo, estudos de percepção e representação da paisagem; e o terceiro, entrevistas abertas. É necessário reforçar que a pesquisa com os jovens foi feita separadamente da pesquisa com as crianças.

Os grupos focais foram feitos com as crianças, e consiste em uma *“técnica de coleta de dados, cujo objetivo principal é estimular os participantes a discutir sobre um assunto de interesse comum, ela se apresenta como um debate aberto sobre um tema”*(BAUER & GASKELL ,2002 apud BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema, 2005:73).

Os grupos permitiram um primeiro contato com a realidade infantil e foi um aquecimento para os estudos de percepção e representação da paisagem, no qual as crianças foram estimuladas a falar como é o lugar onde moram e como é o seu dia-a-dia.

Para o estudo de percepção e representação da paisagem, optou-se pela elaboração de mapas mentais, procedimento que permite trabalhar a percepção da população frente aos problemas ambientais (LYNCH, 1960 OLIVEIRA, 1977 - PETCHENIK, 1995 - TUAN, 1997 apud SILVA , 2002:101).

Foi solicitado aos jovens e crianças que desenhassem o lugar onde moram. Nos grupos focais, foi possível perceber o quanto o conceito de paisagem, no senso comum como *“lugar bonito, que não cause sofrimento, ou que não tenha qualquer precariedade”*, interferia na percepção deles, que por vezes afirmaram *“aqui não tem paisagem, só tem barracos”*. Mesmo sendo relevante essa informação a respeito de qual conceito eles têm sobre o que seja paisagem, o que se buscava com esses desenhos, era a compreensão de suas escolhas, seus pontos de referência, sua percepção da realidade e seu posicionamento frente aos problemas ambientais, gerados pela autoconstrução sobre áreas de importância ambiental.

Após esse exercício, foram feitas entrevistas abertas com cada criança e jovem, como complemento, para que contassem o que haviam desenhado. Isto porque, o desenho enquanto representação, poderia subtrair algumas informações.

Para finalizar os estudos de campo, buscou-se, através de estudos participativos, formalizar o que já estava incorporado no trabalho: o olhar desses moradores sobre a paisagem, como indivíduos ativos e pensantes nessa pesquisa. Essa foi uma investigação que consistiu em entrevistas semi-estruturadas e observação assistemática, procedimentos realizados pelos próprios moradores.

As entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas por uma moradora escolhida por ter participado de todo o processo de investigação no distrito. O grupo investigado foi escolhido pela própria moradora, e

caracterizou-se por moradores que compartilham de experiências sociais comuns. A entrevista contava com um roteiro de perguntas que focava três temas: 1- As transformações na paisagem; 2-As expectativas com relação a essa paisagem; 3- Os valores atribuídos à Serra da Cantareira. Tal roteiro permitiu compreender como esse grupo entende essa paisagem periférica (como a percebem), como a produzem e, principalmente, que expectativas têm em relação a ela, mostrando que paisagem desejam.

Esse estudo também permitiu entender o quanto a moradora que aplicou as entrevistas foi influenciada pelos moradores que as respondeu (relativizando a particularidade de sua percepção). Assim, foi solicitado a moradora que, antes de fazer as entrevistas, fizesse uma pequena redação sobre a paisagem do distrito de Brasilândia, para se ter um registro inicial dos seus valores atribuídos à paisagem. Após as entrevistas, foi solicitado que, se necessário, refizesse sua redação, como forma de comparar a transformação ou não deste olhar. A primeira redação não teve autorização de ser anexada ao trabalho, mas a segunda, consta no capítulo 4.

O outro estudo participativo deu-se através de percursos feitos pelos moradores. Foram escolhidos dois moradores do distrito, um de uma região mais consolidada e outro de uma região em processo de consolidação. Os dois tinham em comum um grande conhecimento da região e eram considerados referências para outros moradores. Foi solicitado a eles que fizessem percursos pelo bairro e distrito, e escolhessem, apresentassem ou mesmo fotografassem as potencialidades, peculiaridades e precariedades da região. A pretensão foi a de identificar marcos e referências locais, que estão dentro de um universo de valores que o pesquisador, por estar fora desse contexto, tem dificuldade em apreender. Os resultados captados são apresentados no capítulo 3.

1.1.1 Protagonistas

Não desvelei/revelei a paisagem do distrito de Brasilândia sozinha, fiz como mostrado nos procedimentos acima, partilhando experiências³¹ com moradores. Eles não são tratados como números e estudos demográficos, pois são os protagonistas deste trabalho. Não se pergunta o que são (migrantes, imigrantes, brancos, negros, católicos, evangélicos, etc); nesse trabalho, pergunta-se quem são, o que pensam, como sentem.

Quem são?

Antônio Calisto – Nordestino que chega ao distrito em 1978, para morar na pré-Serra da Cantareira. Deixa o distrito para trabalhar em Brasília e retorna em 1994, quando passa então a morar na própria Serra da Cantareira.

As crianças e jovens do Projeto Arte na Rua – Joane Nunes da Silva, Felipe da Silva, Israel da Silva Vieira, Célia Cristina Fraga, Camila Bezerra do Nascimento, Flávia Cristina da Silva, Lucas Souza, Lincoln Augusto da Silva e Washington Luiz.

Black Gero – Nascido no distrito de Brasilândia, é um rapper que trabalha com crianças e jovens do distrito, e como ele mesmo diz, "tem seu umbigo enterrado na Brasilândia".

Dante Coiro – Morador do distrito e natural do sul da Itália.

31 SANDEVILLE (2005:3) afirma que "É necessário que a paisagem se torne uma experiência partilhada, o que tem inúmeras implicações práticas em seu estudo. Paisagens são experiências partilhadas pelas pessoas que têm nela sua vida, na qual o pesquisador, freqüentemente um estranho ao lugar, se insere de modo muito específico e por tempo limitado, partilhando destas experiências e partilhando as suas; usufruindo de uma realidade essencialmente coletiva e de uma herança de gerações. Ou seja, o sentido da paisagem não pode ser dado apenas pelo universo teórico e existencial do observador, sob o risco de um estereótipo. Na verdade, a paisagem é mais intensamente revelada a partir das pessoas que têm nela uma experiência comum (comum em dois sentidos: de corriqueiro e de coletivo)".

Débora Costa Paiva - Nascida em Recife, onde morava em um sítio. Hoje mora na Vila Terezinha - Distrito de Brasilândia.

Eduardo (cujo sobrenome nunca soube) - Morador do Jardim Vista Alegre e liderança local. Têm como uma de suas lutas a recuperação da área do antigo Sítio Bananal.

Euribia Horácio Neto - Moradora do Jardim Damasceno, participou ativamente de movimentos da população reivindicando melhorias para seu bairro.

Firmino (cujo sobrenome nunca soube) - Morador do Jardim Paraná, há nove anos. Encontra neste loteamento localizado na Serra da Cantareira, a oportunidade de parar de pagar aluguel.

Geralda Luiza Galdino - Chega na região atual do distrito em 1938, e retrata parte da história da comunidade negra na região.

Gisele de Oliveira Mendonça - Moradora do Jardim Damasceno e Coordenadora do Projeto Arte na Rua, acredita no protagonismo do jovem e da criança da periferia.

Iolanda (cujo sobrenome nunca soube). Jovem de 22 anos, chegou do interior da Bahia há dois anos.

Juliane Bastos de Souza - Com 11 anos, é moradora do Jardim Paraná e estudante do CEU PAZ.

Kelli Suzana A. da Silva - Chega ao distrito na década de 80, para morar em casas- embrião, fornecidas pelo Estado.

Larissa Fernando dos Santos - Com dez anos, é aluna do CEU PAZ, localizado no Jardim Paraná.

Laudelino da Conceição - Natural de Taquaritinga, chegou ao distrito em 1954, quando sua mãe comprou um lote no primeiro loteamento da região, o então chamado "loteamento Brasilândia".

Lídia Yamasaki – Filha de imigrantes japoneses, nasceu no distrito de Brasilândia em 1947, data de sua fundação.

Lucélia (cujo sobrenome nunca soube) – Mineira, do município de Águas Vermelhas, veio para São Paulo em 1994, para salvar a vida de seu filho que tinha problemas cardíacos. Chegou ao distrito em 1996.

Luzia Pimenta, enfermeira, agente de saúde e moradora da região da pré-Serra da Cantareira. Mais do que levar atendimento de saúde a regiões precárias, quer fazer estas pessoas voltar a sonhar.

Maria Bonfim – Moradora do distrito desde 1972, mãe de 9 filhos 30 netos e 5 bisnetos. Mora na margem esquerda do Córrego Bananal .

Marluce Batista – Moradora de um loteamento na Serra da Cantareira, do qual participou da ocupação, em 1995.

Raul Siqueira – Chegou ao distrito em 1973, para trabalhar no Sítio Bananal; veio para cuidar de roça e de cavalos.

Rosa Maria da Silva Araújo – Chega de uma pequena cidade do interior de Pernambuco, chamada Afogados da Ingazeira, em 1994. E encontra na Serra da Cantareira um abrigo.

Sandra Regina – Nascida no distrito de Casa Verde, veio morar no distrito em 1985, onde encontrou a possibilidade de comprar sua casa própria. Desde então, luta pela melhoria do distrito e pela valorização do potencial humano da região.

Waldir dos Santos – Jornalista e morador do distrito desde 1978. Fez a escolha de trabalhar no distrito, onde tem o seu próprio jornal.

Zilda Moura – Moradora do distrito há 41 anos, viu o primeiro barraco da primeira favela do distrito, ser construído.



Fonte: Cecília Machado 2006